



Exma. Senhora
Mestre Marina Gonçalves
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Secretário
de Estado dos Assuntos Parlamentares

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO DE

NOSSA REFERÊNCIA
Nº: 2283/2018
PROC. Nº: 22.01

DATA
05-07-2018

ASSUNTO: PERGUNTA Nº 2354/XIII/3ª DE 28-05-2018

- PONTO DE SITUAÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO E REFLORESTAÇÃO DA MATA NACIONAL DE LEIRIA

Relativamente à Pergunta Parlamentar n.º 2354/XIII/3.ª, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda cumpre informar o seguinte:

1. Tem o Governo conhecimento das situações expostas?

Sim. O Governo acompanha todas as questões relacionadas com a gestão e recuperação das matas do litoral afetadas pelos incêndios de 15 de outubro, tomando as decisões e orientações consideradas adequadas no sentido de cabalmente serem cumpridas as orientações de política florestal vigentes.

2. A Comissão Científica para a Recuperação das Matas Litorais já produziu algum trabalho de suporte ao Plano de Intervenção? Quem são os investigadores / técnicos que integram a referida Comissão Científica e responsáveis pela concretização dos trabalhos da mesma?

A Comissão Científica para a recuperação das matas litorais já reuniu no passado dia 18 de Junho, na Marinha Grande e as diversas linhas de investigação estão em curso, prevendo-se a disponibilização dos primeiros resultados até Setembro'18.

A Comissão Científica é composta por 8 entidades públicas no âmbito da investigação científica, nomeadamente o Instituto Superior de Agronomia (ISA, que participa com 34 investigadores), Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (19), Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (17), Universidade de Aveiro (13), Escola Superior Agrária de Coimbra (10), Instituto Politécnico de Leiria (9), Instituto Politécnico de Bragança (6) e Universidade de Coimbra (6). A esta Comissão estão incumbidas 17 linhas de investigação, cada uma delas sob coordenação de uma das referidas entidades e com coordenação global do ISA. O ICNF assegura os meios financeiros e o apoio técnico e logístico, nomeadamente em todos os aspetos referentes à informação técnica e científica utilizada na gestão das matas.

3. Considera o Governo necessário garantir a auscultação e a participação da população local nas decisões de planeamento e recuperação da Mata Nacional de Leiria e restantes matas litorais afetadas pelos fogos em 2017? Se sim, para quando e de que forma se prevê a sua concretização?

A auscultação e participação da população local, assim como de todos os cidadãos e das entidades nacionais interessadas na conservação das matas litorais, está prevista de diversas formas:

- Criação do Observatório do Pinhal do Rei, concretizado pelo despacho n.º 4263/2018, de 27 de abril, onde estão representados vários dos parceiros locais e nacionais associados à MN de Leiria;
- Processos de participação pública previstos na lei, nomeadamente a apresentação dos planos de gestão florestal (PGF) que serão elaborados para as matas em causa e, igualmente, a discussão pública do PROF do Centro Litoral, que se encontra em elaboração.



Uma das linhas de trabalho da Comissão Científica está relacionada precisamente com a participação pública e sensibilização no âmbito da recuperação das matas litorais, no sentido do seu reforço.

4 Qual a data prevista para concretização do plano de intervenção e reflorestação da Mata Nacional de Leiria e restantes matas litorais?

O ICNF, já no ano de 2018, tem vindo a promover as ações prementes de reflorestação e de gestão dos ecossistemas, frequentemente em cooperação com outras entidades e em ações de voluntariado.

Dada a severidade dos incêndios e a dimensão extraordinária da área ardida, serão produzidos, em 2019, com a necessária sustentação técnica e científica, os planos de intervenção e gestão florestal para a recuperação das áreas afetadas.

5 Considera o Governo pertinente possibilitar a instalação de explorações agrícolas de regadio nas áreas ardidas da Mata Nacional de Leiria e matas nacionais adjacentes?

O Governo não tem uma posição fechada relativamente a esta matéria.

Qualquer proposta dessa natureza será encaminhada para análise e parecer da Comissão Científica, sendo posteriormente alvo da necessária avaliação do seu interesse público e da compatibilidade com a legislação e as orientações de política florestal em vigor.

6 Considera o Governo urgente garantir medidas de gestão de combustível nos 14% de área não ardida da Mata Nacional de Leiria? Se sim, para quando se prevê esta intervenção?

O Governo considera que se trata de uma intervenção da maior relevância e que se encontra em curso, a saber:

- Gestão de combustíveis na área envolvente ao aglomerado populacional de S. Pedro de Moel, compreendendo a intervenção em 53,6 hectares de rede primária de faixas de gestão de combustíveis (RPFGC) e em 471,7 hectares de mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis (MPGC); este projeto resulta da reformulação de projeto POSEUR e encontra-se adjudicado e em fase de assinatura de contrato;
- Gestão de combustíveis na FGC compreendida entre o Bairro Florestal de Pedreanes e a margem sul do Bairro Florestal da Guarda Nova (10 hectares), sendo parte executada com meios do ICNF e parte com aquisição de serviços que incluem o corte e a trituração dos combustíveis lenhosos, assim como o abate de exemplares de pinheiro bravo cuja distância a edifícios e entre copas não cumpra com o determinado na legislação em vigor;
- Gestão de combustíveis na FGC envolvente à povoação do Pilado (6 hectares), recorrendo a aquisição de serviços, que inclui o corte e a trituração dos combustíveis lenhosos, assim como o abate de exemplares de pinheiro bravo cuja distância a edifícios e entre copas não cumpra com o determinado na legislação em vigor.

Importa igualmente sublinhar que, para além do ICNF, há outras entidades que também detêm responsabilidades de prevenção florestal na área da MNL que não ardeu em outubro de 2017. Nesta situação, e de acordo com o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios da Marinha Grande (em vigor), encontram-se:

- A Câmara Municipal da Marinha Grande, a quem cumpre executar as FGC relativas à Av. do Farol e à Estrada Atlântica, numa largura mínima de 10m e com uma superfície total de aproximadamente 8 hectares;
- A empresa Infraestruturas de Portugal, que é responsável pela execução da FGC relativa à ER242-2, numa largura mínima de 10m e com uma superfície total de aproximadamente 11ha.

7 Depois de um ano em que arderam dezenas de milhares de hectares de matas nacionais, que medidas tomou o Governo para garantir melhor gestão florestal e maior resiliência aos fogos da floresta pública?

Como é do conhecimento do Grupo Parlamentar do BE, encontram-se em execução dezenas de medidas de política que visam dar resposta, em especial, às recomendações da comissão Técnica Independente da Assembleia da República que elaborou o relatório sobre os incêndios de outubro de 2017.

De entre as que apresentam maior impacto na gestão pública de áreas florestais salientam-se:



- Reestruturação orgânica do ICNF e reforço dos seus quadros de pessoal, nomeadamente ao nível do quadro técnico, de vigilantes da natureza e de assistentes operacionais;
- Aumento do número de equipas de sapadores florestais, com incidência também nas áreas de perímetros florestais;
- Criação de brigadas de sapadores florestais a funcionar nas Comunidades intermunicipais (13 já aprovadas);
- Criação de 20 Gabinetes Técnicos Florestais Intermunicipais;
- Execução (em curso) de projetos de gestão de combustível com várias formas de financiamento, incluindo PO SEUR, para execução e manutenção de rede primária, secundária e mosaicos de parcelas de gestão de combustível;
- Intervenção (em curso) de beneficiação de caminhos florestais e de rede divisional, através de contratos de prestação de serviços e ainda à utilização de meios próprios (do ICNF);
- Execução de gestão de combustível com recurso ao fogo controlado e de queimadas, bem como da utilização de pastoreio como forma de controlo de faixas de Rede Primária;
- Reforço do Plano Faunos, de vigilância ativa nas áreas públicas e de conservação da rede viária, em cooperação com as Forças Armadas;
- Abertura do primeiro anúncio no FFP para a constituição das Unidades de Gestão Florestal;
- Acordo com a Forestis e a Baladi para programa de capacitação/gestão de baldios a iniciar este ano.

Acrescendo a estas ações, há ainda a salientar as iniciativas com vista à recuperação das Matas do Litoral (atingidas pelos incêndios de 15 de outubro de 2017) e de melhoria futura do seu sistema de gestão, também por via dos trabalhos da Comissão Científica.

Com os melhores cumprimentos,

PO

A Chefe do Gabinete

Regina Pinto Lopes

António Cerca Miguel
Adjunto do Ministro da Agricultura,
Florestas e Desenvolvimento Rural
(nos termos do nº 2 do
Despacho nº 2543/2017 de 27/03)